

Onde estão as mulheres? Um olhar sociomuseológico sobre a política de acervo do Museu do Café

Marcela Rezek Calixto¹ & Maria Cristina Oliveira Bruno²

*Where are the women? A sociomuseological look at the politics
of the Coffee Museum's collection.*

Introdução

A elaboração de documentos orientadores no âmbito de uma instituição museológica constitui, simultaneamente, um desafio técnico, conceitual e ético. Instrumentos como planos museológicos, políticas de gestão de acervo, políticas de exposições e planos educativos têm como finalidade estabelecer diretrizes institucionais para a atuação do museu. No entanto, no campo da museologia contemporânea, tais documentos não devem ser compreendidos como dispositivos normativos rígidos ou como instâncias meramente regulatórias das práticas museológicas, mas como referenciais conceituais e operacionais capazes de fomentar processos contínuos de reflexão crítica, experimentação institucional e revisão permanente de sentidos.

Sob essa perspectiva, tais documentos configuram-se como espaços de negociação simbólica, nos quais se explicitam escolhas, silenciamentos, disputas e compromissos ético-políticos assumidos pela instituição diante da sociedade. Assim, sua análise não se restringe à verificação de procedimentos técnicos, mas exige uma leitura crítica de seus fundamentos epistemológicos, de seus pressupostos conceituais e das relações de poder que atravessam sua formulação.

Partindo dessa compreensão, propõe-se a análise do processo de construção da Política de Gestão de Acervo do Museu do Café, concebida em 2019, a partir da perspectiva teórico-metodológica da Sociomuseologia. Tal abordagem compreende os museus como agentes sociais comprometidos com a promoção dos direitos humanos e, conseqüentemente, com os princípios da igualdade, da diversidade, da justiça social e da democratização da memória, reconhecendo o patrimônio como um campo de disputas simbólicas e de construção coletiva de sentidos.

O estudo articula-se ainda com referenciais normativos e conceituais contemporâneos, tais como a nova definição de museu do Conselho Internacional de Museus (ICOM), a Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade, da UNESCO — com especial atenção ao parágrafo 17 — e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular o ODS 5, que visa alcançar a

¹ Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Católica de Santos (1998) e mestrado em Master de restauración y rehabilitación del patrim pela Universidad de Alcalá (2000)., Coordenadora Técnica dos Museus-Casas, São Paulo, Brasil, <https://orcid.org/0009-0005-3962-0818>, marezekcalixto@gmail.com

² Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, Professora Convidada da Universidade Lusófona – Orientadora <https://orcid.org/0000-0003-2172-9071>, mcobruno@uol.com.br

igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Esses referenciais reforçam o entendimento do museu como instituição comprometida com a equidade, a participação social e o enfrentamento das desigualdades estruturais.

Para a adequada compreensão do documento analisado, faz-se necessária a contextualização institucional do Museu do Café³ e das especificidades que envolveram a elaboração de sua Política de Gestão de Acervo. A criação do museu decorre de uma iniciativa da sociedade civil, marcada pela mobilização comunitária em torno da preservação do edifício histórico da antiga Bolsa Oficial de Café. Após o processo de restauro, o museu foi estadualizado em 2008, passando a integrar o conjunto de equipamentos da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo⁴.

Nesse contexto, a Associação Amigos do Museu do Café transformou-se em Organização Social, responsável pela gestão da instituição por meio de contrato de gestão, função que mantém até os dias atuais. Desde 2014, essa organização passou a denominar-se Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração, ampliando seu escopo de atuação e reforçando o compromisso com a preservação, a pesquisa e a difusão do patrimônio cultural cafeeiro.

Desde sua criação até o ano de 2017, o Museu do Café elaborou dois planos museológicos, sem, contudo, dispor de uma política formal de gestão de acervo. Apenas após o amadurecimento institucional e técnico da equipe, em diálogo com a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico⁵, reconheceu-se que havia condições metodológicas, críticas e conceituais para a elaboração desse documento estruturante. Tal reconhecimento evidencia um processo institucional de autocritica e de consolidação das práticas museológicas.

Um dos principais desafios identificados dizia respeito à própria abordagem do tema “café”, que se trata de um produto central do agronegócio brasileiro, que ocasionou um ciclo econômico determinante no final do século XIX, responsável por profundas transformações sociais, urbanas, tecnológicas e migratórias, especialmente no Estado de São Paulo. A complexidade desse fenômeno exigiu a incorporação de múltiplas perspectivas interpretativas, superando leituras exclusivamente econômicas, técnicas ou celebratórias.

Nesse sentido, a partir de 2010, foram iniciados processos sistemáticos de leitura de documentos institucionais, levantamento bibliográfico, diálogos com agentes diretamente envolvidos na cadeia operatória do café e estudos focados no acervo. Essas ações possibilitaram a formulação de três eixos conceituais orientadores, destinados a subsidiar a classificação e o enquadramento do acervo durante o processo de arrolamento.

Entre 2010 e 2014, diversas iniciativas foram desenvolvidas, ainda que, por vezes, de forma não plenamente articulada entre si. Mesmo assim, tais ações contribuíram significativamente para a ampliação do discurso institucional do museu e para o aprofundamento crítico do acervo, evidenciando a necessidade de incorporar novas perspectivas interpretativas, sobretudo aquelas relacionadas aos sujeitos, às práticas sociais e às experiências historicamente marginalizadas.

Destacam-se, nesse período, os projetos de mapeamento de referências patrimoniais relacionadas ao café, inicialmente centrados em bens materiais, como fazendas históricas, institutos de pesquisa, acervos museológicos e documentação de escritórios de corretagem da Praça Comercial de Santos. Inserem-se nesse contexto os projetos *Mapeamento de referências patrimoniais de empresas da Praça Cafeeira de Santos* e *A Praça Cafeeira de Santos sob a ótica da expansão urbana da cidade de Santos*, que ampliaram a compreensão territorial e urbana do fenômeno cafeeiro.

³ Instituição Museal, da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativa do Estado de São Paulo, localizada na cidade de Santos.

⁴ Atual Secretaria de Cultural, Economia e Indústrias Criativas do Estado de São Paulo

⁵ Atual Diretoria do Patrimônio Cultural

Complementarmente, o desenvolvimento de projetos de história oral, como *Memórias do Comércio do Café em Santos*, ampliou significativamente o escopo da pesquisa ao incorporar narrativas de sujeitos historicamente marginalizados na cadeia operatória do café, como estivadores, costureiras de sacas de juta e catadeiras de café. Essas iniciativas trouxeram à tona memórias silenciadas, contribuindo para o reconhecimento da dimensão imaterial como elemento estruturante das estratégias de preservação. Outros projetos, como *Memórias das Políticas Econômicas do Café* e a *Pesquisa de Origem e Histórico do Acervo*, aprofundaram a compreensão dos impactos políticos da economia cafeeira e dos processos de constituição do acervo institucional.

Os resultados dessas pesquisas fundamentaram a concepção da exposição de longa duração inaugurada em 2014, *Café: Patrimônio Cultural do Brasil — Ciência, História e Arte*, que consolidou a leitura do café como patrimônio cultural a partir de uma abordagem multidimensional. Tal concepção dialoga diretamente com o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, ao reconhecer bens materiais e imateriais como portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira.

A partir dessa inflexão conceitual, o entendimento do café como patrimônio cultural passou a orientar as frentes de preservação, pesquisa e comunicação do Museu do Café, constituindo a base para a elaboração da Política de Gestão de Acervo, concebida não apenas como instrumento técnico, mas como documento gerador das ações museológicas da instituição e orientador de sua atuação social.

Do ponto de vista metodológico, a construção da política teve como referenciais os princípios da Nova Museologia e da Carta de Santiago do Chile (1972), reconhecendo a centralidade da participação social, da escuta qualificada e da interdisciplinaridade. Para tanto, foi constituído um grupo de trabalho interdisciplinar e transversal, composto por representantes dos diversos setores técnicos do museu, responsável pelo planejamento, acompanhamento e sistematização de todas as etapas do processo, desde a definição conceitual até a redação final do documento.

Escuta

Os processos de escuta realizados ao longo da construção da Política de Acervo do Museu do Café configuram-se como elementos estruturantes do documento, evidenciando uma opção metodológica alinhada aos pressupostos da museologia social. A escuta, nesse contexto, não foi concebida como etapa acessória ou meramente consultiva, mas como prática política e epistemológica fundamental para a redefinição das diretrizes institucionais.

A adoção de múltiplas estratégias de escuta — envolvendo equipes técnicas internas, órgãos gestores, instituições museológicas congêneres, especialistas acadêmicos e diferentes segmentos de público — possibilitou a construção de um processo polifônico, no qual saberes institucionais e não institucionais foram colocados em diálogo. Tal abordagem rompe com modelos normativos tradicionais e aproxima-se de uma concepção de patrimônio como processo social e histórico em permanente disputa.

As escutas realizadas junto a instituições parceiras contribuíram significativamente para a consolidação de princípios estruturantes da política, especialmente no que se refere à participação social, à transversalidade temática e à gestão compartilhada do patrimônio. Destaca-se, nesse contexto, a influência do Museu da Imigração⁶, cuja política de acervo evidenciou a importância da construção colaborativa com os públicos e do reconhecimento das expectativas sociais — ainda que conservadoras ou saudosistas — como dados analíticos relevantes para a identificação de lacunas, silenciamentos e tensões presentes nas coleções. Essa perspectiva reforçou a incorporação da história oral, das questões de gênero, do trabalho

⁶ Instituição Museal, da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativa do Estado de São Paulo, localizada na cidade de São Paulo - Brasil.

e das trajetórias de vida como eixos fundamentais para a ampliação crítica do acervo do Museu do Café.

A escuta do Museu do Futebol⁷, por sua vez, contribuiu para o entendimento do registro do contemporâneo e da documentação de práticas culturais vivas, evidenciando a importância da gestão ética dos acervos digitais e dos direitos autorais como dimensões indissociáveis das políticas de acervo contemporâneas. A incorporação dessas reflexões ampliou a compreensão do acervo para além dos suportes tradicionais, alinhando-se à Sociomuseologia ao reconhecer a cultura em sua dimensão dinâmica, processual e territorializada.

Já o diálogo com o Museu da Casa Brasileira⁸ evidenciou o papel das instâncias colegiadas e dos conselhos consultivos na formulação das políticas institucionais, reforçando a noção de corresponsabilidade na gestão do patrimônio. A construção de vocabulários controlados e a atenção à mediação conceitual destacaram a linguagem como instrumento de poder e democratização, aspecto central para uma política de acervo comprometida com a pluralidade de interpretações e acessos.

Os processos de escuta junto aos especialistas acadêmicos ampliaram significativamente o repertório conceitual da política de acervo, especialmente ao introduzirem leituras territoriais, históricas e sociais do café como fenômeno cultural complexo. As contribuições relacionadas à noção de Paisagem Cultural do Café, à ocupação territorial, às relações de trabalho, às transformações urbanas e às dimensões sensoriais do patrimônio foram decisivas para a formulação dos eixos norteadores e dos princípios transversais da política. Essas abordagens reforçaram a compreensão do território como patrimônio ampliado e do acervo como expressão material e imaterial de sistemas socioculturais, em consonância com os referenciais da museologia social.

Paralelamente, os processos de escuta com os públicos do museu — presenciais, virtuais, específicos e internos — evidenciaram expectativas, percepções e ausências que contribuíram diretamente para a redefinição dos recortes temporais, das tipologias de acervo e das linhas de pesquisa. A recorrência de demandas relacionadas à escravidão, às mulheres, ao trabalho, à vida cotidiana e às expressões culturais imateriais revelou a necessidade de enfrentar silenciamentos históricos e ampliar a representatividade social do acervo. Nesse sentido, a escuta não foi tratada como mera consulta, mas como instrumento crítico de revisão conceitual e ética da política institucional.

Concepção

Os processos de escuta realizados ao longo da construção da Política de Gestão de Acervo do Museu do Café desempenharam papel central na consolidação das conclusões do e na formulação de seus eixos norteadores e princípios transversais. Tais processos não se configuraram como instâncias meramente consultivas, mas como dispositivos estruturantes de reflexão crítica, capazes de tensionar práticas institucionais consolidadas e ampliar o entendimento do patrimônio cafeeiro como fenômeno social, histórico, cultural e político.

A sistematização e análise das contribuições oriundas de parceiros institucionais, especialistas e diversos públicos permitiram ao Grupo de Trabalho reconhecer que a preservação sobre o café não poderia restringir-se à dimensão material dos objetos, equipamentos e documentos, mas deveria abarcar, de forma integrada, suas expressões imateriais, simbólicas e relacionais. Esse entendimento fundamentou a conclusão de que a atuação do Museu do Café deveria estar orientada pela noção de patrimônio cultural ampliado, em consonância com referenciais constitucionais, museológicos e sociomuseológicos,

⁷ Instituição Museal, da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativa do Estado de São Paulo, localizada na cidade de São Paulo - Brasil.

⁸ Instituição Museal, da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativa do Estado de São Paulo, localizada na cidade de São Paulo - Brasil

reconhecendo o café como elemento estruturante de identidades, territórios, relações de trabalho e práticas culturais.

Os processos de escuta auxiliaram, de maneira decisiva, na identificação das expectativas sociais em relação ao que deveria ser preservado, pesquisado e comunicado pelo museu, bem como das lacunas existentes no acervo e nas ações de extroversão. Ao mapear os interesses, imaginários e ausências percebidas pelos diferentes públicos, a equipe técnica pôde compreender que determinadas temáticas — como escravidão, imigração, trabalho portuário, atuação das mulheres, vida cotidiana e expressões culturais — estavam sub-representadas, revelando silenciamentos históricos e assimetrias de visibilidade. Esse diagnóstico, orientado pela escuta social, reforçou o compromisso do museu com uma política de acervo crítica e inclusiva, ao reconhecer o patrimônio como campo de disputas e negociações simbólicas.

A identificação dessas lacunas foi fundamental para orientar não apenas propostas de ampliação e qualificação dos acervos museológico, arquivístico e bibliográfico, mas também a definição de estratégias de pesquisa, parcerias institucionais e ações de mediação cultural. Assim, o documento passou a operar como instrumento articulador entre preservação, pesquisa e extroversão, superando uma lógica acumulativa e adotando uma abordagem relacional e processual do acervo

Nesse contexto, os eixos norteadores da Política de Gestão de Acervo emergem como síntese conceitual dos processos de escuta e análise. O primeiro eixo, “Circuito do café: da planta à xícara”, traduz a necessidade de reconhecer os saberes técnicos, os modos de fazer e os sistemas produtivos como patrimônio material e imaterial, dialogando com a valorização dos conhecimentos do trabalho e da ciência. O segundo eixo, “O café como objeto social”, reflete diretamente as contribuições dos públicos e especialistas ao enfatizar as dimensões históricas, políticas, econômicas e sociais do café, reconhecendo-o como agente de transformações territoriais, urbanas e sociais. Já o terceiro eixo, “Produtos culturais do café”, incorpora as leituras que destacam a centralidade das artes, da arquitetura, da literatura e da música como formas de expressão simbólica da cultura cafeeira, ampliando o entendimento do patrimônio para além dos objetos utilitários.

A definição dos princípios transversais — relações sociais e de trabalho; etnia e deslocamento; gênero e poder; representações e práticas culturais — decorre diretamente da escuta polifônica realizada ao longo do processo. Esses princípios operam como vetores críticos que atravessam os eixos norteadores, assegurando que as ações do museu sejam orientadas por uma abordagem interseccional, sensível às desigualdades sociais e comprometida com a diversidade de experiências históricas. Prioriza os sujeitos, os territórios e as relações sociais como elementos centrais da ação museológica.

Dessa forma, os processos de escuta foram decisivos para que o Museu do Café adotasse uma conceituação mais ampla, inclusiva e sociomuseológica de sua política de acervo. Ao integrar diferentes vozes, saberes e perspectivas, o museu reafirma seu papel como agente social ativo, comprometido com a democratização da memória, a ampliação das representatividades e a construção coletiva de narrativas sobre a cultura do café. A Política de Gestão de Acervo consolida-se, assim, como um documento dinâmico, aberto à retroalimentação contínua dos públicos e especialistas, e alinhado aos princípios éticos, políticos e metodológicos da museologia social.

Sociomuseologia e Gênero

A análise crítica dos processos de escuta e de conceituação da Política de Acervo do Museu do Café, quando examinada à luz das epistemologias feministas, da Sociomuseologia e dos debates contemporâneos sobre museus e gênero, evidencia um campo de tensões produtivas entre reconhecimento institucional, limites estruturais e potencialidades transformadoras. Embora a política se alinhe aos pressupostos da Nova Museologia ao adotar metodologias participativas e ao reconhecer a centralidade do diálogo social, a questão de

gênero — especialmente no que se refere à atuação e à representação das mulheres no universo cafeeiro

— permanece situada em uma zona ambígua entre a crítica enunciada e a efetiva reconfiguração dos marcos interpretativos do patrimônio.

Os processos de escuta revelam de forma consistente a sub-representação das mulheres nas narrativas expositivas e nos acervos historicamente legitimados, identificando tal lacuna como uma demanda recorrente dos públicos e da própria equipe institucional. Todavia, a incorporação dessa demanda ocorre majoritariamente de modo transversal e prospectivo, sem que a questão de gênero se consolide como eixo estruturante da política. Tal configuração reflete a permanência de lógicas patrimoniais ancoradas em narrativas macroestruturais — trabalho, economia, território e progresso técnico — tradicionalmente organizadas a partir de perspectivas masculinizadas, que naturalizam hierarquias, assimetrias de poder e processos de invisibilização.

Essa constatação dialoga diretamente com a crítica formulada por Simone de Beauvoir, para quem a mulher foi historicamente constituída como o “Outro”, ocupando uma posição secundária no interior das narrativas universais da história (BEAUVOIR, 2016). No contexto do patrimônio cafeeiro, as experiências femininas tendem a ser associadas ao cotidiano, ao trabalho invisível e às esferas domésticas ou informais da produção, raramente reconhecidas como produtoras centrais de valor histórico, simbólico e cultural. A Política de Gestão de Acervo do Museu do Café, ao reconhecer essa invisibilidade sem deslocar de maneira estrutural seus referenciais interpretativos, revela um avanço crítico importante, porém ainda limitado.

Segundo Judith Butler, essa limitação pode ser compreendida como efeito de uma abordagem que privilegia a ampliação da representatividade sem problematizar de forma sistemática os regimes normativos que produzem e reiteram as hierarquias de gênero. Ao compreender o gênero como construção histórica e performativa, Butler evidencia que as instituições culturais, incluindo os museus, participam ativamente da produção dessas normas por meio de discursos, práticas curatoriais e políticas institucionais (BUTLER, 2018). Assim, a simples inclusão das mulheres nos acervos e exposições, embora necessária, não é suficiente se não for acompanhada de uma crítica às estruturas simbólicas que definem o que é considerado patrimônio legítimo.

É precisamente nesse ponto que a Sociomuseologia oferece um aporte decisivo para a análise do documento, sobretudo quando compreendida, conforme propõe Maria Cristina Oliveira Bruno, como um campo em permanente diálogo — e também em enfrentamento — com a Museologia tradicional. Para a autora, as relações entre Museologia e Sociomuseologia não se configuram como oposição binária, mas como um conjunto de rotas percorridas entre sinergias e tensões, nas quais se negociam conceitos, práticas e responsabilidades institucionais (BRUNO, 2021). Essa visão auxilia a compreender os limites e as possibilidades da Política de Gestão de Acervo do Museu do Café.

Segundo Bruno, a aproximação entre Museologia e Sociomuseologia ocorre justamente quando os museus passam a reconhecer a dimensão social do patrimônio e a centralidade dos sujeitos históricos nos processos museológicos. No entanto, tal aproximação não elimina os conflitos, pois as instituições continuam operando sob marcos normativos, técnicos e administrativos herdados de modelos tradicionais (BRUNO, 2021). Essa tensão é claramente perceptível no documento analisado, ao mesmo tempo em que reconhece lacunas relativas à representação das mulheres, o documento preserva estruturas decisórias e conceituais que dificultam a incorporação plena do gênero como eixo estruturante.

A partir das formulações de Mário Moutinho, a Sociomuseologia compreende o museu como espaço de ação social e de produção de cidadania, no qual o patrimônio é entendido como construção relacional, atravessada por conflitos, identidades e relações de poder (MOUTINHO, 1993; 2020). Nessa perspectiva, os documentos estruturantes de uma instituição museológica não são neutros, mas dispositivos políticos que podem tanto reproduzir desigualdades quanto atuar na sua transformação.

Ainda, aprofunda essa questão ao afirmar que a Sociomuseologia se constitui como prática ética e política comprometida com a transformação social, deslocando o foco do objeto para as relações sociais que lhe atribuem sentido (MOUTINHO, 1993; 2020). Nesse enquadramento, a questão de gênero não pode ser compreendida como tema acessório, mas como dimensão constitutiva das relações de poder que estruturam o patrimônio. A invisibilização das mulheres no universo cafeeiro, portanto, não é apenas resultado de lacunas documentais, mas expressão de escolhas históricas e institucionais que precisam ser tensionadas.

As reflexões de Judite Primo complementam essa análise ao enfatizar o museu como espaço de mediação cultural centrado nos corpos, nas experiências e nas identidades. Ao propor a noção de “corpos geradores”, Primo desloca a compreensão do patrimônio para os sujeitos concretos, reconhecendo que gênero, classe, etnia e território atravessam de forma indissociável os processos de produção da memória (PRIMO, 202; 2023). Essa perspectiva permite compreender que as mulheres ligadas à cadeia do café — catadeiras, costureiras de sacas, trabalhadoras rurais, gestoras familiares, artistas e mediadoras culturais — constituem corpos históricos geradores de patrimônio, ainda que sistematicamente marginalizados nos processos de patrimonialização.

A transversalidade com o campo dos estudos sobre museus e gênero, conforme sistematizado por Aida Rechená e Teresa Veiga Furtado, permite avançar da crítica teórica para a problematização das práticas institucionais. As autoras destacam que a incorporação da perspectiva de gênero nos museus exige a passagem consciente da teoria à prática, o que implica rever políticas, metodologias de trabalho, processos decisórios e estratégias de comunicação (RECHENA; FURTADO, 2023). Para além da visibilidade temática, trata-se de reconhecer o gênero como categoria analítica transversal, capaz de reorientar as formas de produzir conhecimento, gerir acervos e construir narrativas museológicas.

Nesse sentido, a Política de Gestão de Acervo do Museu do Café apresenta convergências importantes com as proposições colocadas ao reconhecer, por meio da escuta social, a existência de lacunas e assimetrias de representação relacionadas às mulheres. Contudo, a permanência da questão de gênero em uma posição predominantemente transversal e não estruturante evidencia uma das tensões centrais apontadas pelas autoras: a distância entre o reconhecimento discursivo da desigualdade e a efetiva incorporação de mecanismos institucionais capazes de enfrentá-la de forma sistemática.

A ausência de diretrizes operacionais específicas, metas e indicadores voltados à abordagem de gênero confirma essa tensão entre intenção e prática. Conforme argumentam Rechená e Furtado, a institucionalização da perspectiva de gênero nos museus depende da tradução das reflexões teóricas em instrumentos concretos de gestão, planejamento e avaliação, sob pena de a pauta permanecer restrita a ações pontuais ou projetos temporários. Tal desafio dialoga diretamente com a leitura de Bruno, ao evidenciar que a passagem da teoria à prática é um dos principais pontos de enfrentamento no processo de aproximação entre Museologia e Sociomuseologia, que enfatiza a necessidade de redistribuição simbólica do poder museológico e de ampliação dos espaços de coautoria e participação.

Nesse sentido, a Política de Gestão Acervo do Museu do Café revela-se como um documento situado no interior dessas sinergias e enfrentamentos. Ao reconhecer formalmente as lacunas relativas à representação das mulheres, o museu dá um passo importante no sentido da Sociomuseologia; contudo, ao não instituir diretrizes operacionais específicas, metas e indicadores voltados à abordagem de gênero, mantém-se ancorado em estruturas tradicionais que limitam o alcance transformador da política.

Ainda assim, a Política de Gestão Acervo do Museu do Café revela uma potência significativa ao registrar formalmente as demandas relativas à visibilidade das mulheres e ao inscrevê-las como lacunas a serem enfrentadas. Sob a ótica sociomuseológica e dos estudos de gênero aplicados aos museus, essa explicitação constitui um passo fundamental para a

transformação institucional, pois cria condições para que futuras revisões da política avancem da transversalidade discursiva para a centralidade estrutural da questão de gênero.

Dessa forma, a articulação entre as epistemologias feministas e a Sociomuseologia permitem compreender a Política de Gestão de Acervo do Museu do Café como expressão de um processo institucional em disputa, no qual convivem avanços conceituais e resistências estruturais. Longe de configurar fragilidade, essa condição evidencia um museu em trânsito paradigmático, que reconhece seus limites e cria condições para transformações futuras.

Ao reconhecer as mulheres como corpos geradores de memória, identidade e patrimônio, e ao tensionar as rotas percorridas entre Museologia e Sociomuseologia, o Museu do Café amplia as possibilidades de construção de narrativas plurais e reafirma seu compromisso com a justiça social, a igualdade de gênero e os direitos culturais.

Referências bibliográficas

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Sinergias e enfrentamentos: as rotas percorridas que aproximam a Museologia da Sociomuseologia*. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, p. 39–43, 2021.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CHAGAS, Mário. *Memória e poder: dois movimentos*. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, n. 19, p. 43–81, 2002.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). *Definição de museu*. Paris: ICOM, 2022. Disponível em: <https://icom.museum>. Acesso em: 24/11/2025.
- Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração. *Política de Gestão de Acervo do Museu do Café*. Santos: Museu do Café, 2019.
- MOUTINHO, Mário. *Sobre o conceito da Museologia Social*. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, n. 01, p. 07–09, 1993.
- MOUTINHO, Mário. *Sociomuseologia e Decolonialidade: contexto edesafios para uma releitura do Mundo*. Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa, p. 19–30, 2020.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: ONU, 2015.
- PRIMO, Judite. *Sociomuseologia e Decolonialidade: contexto edesafios para uma releitura do Mundo*. Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa, p. 19–30, 2020.
- PRIMO, Judite. *Sociomuseologia: Corpos Geradores, Gênero e Identidade*. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, p. 07–10, 2023.
- RECHENA, Aida; FURTADO, Teresa Veiga. *Museus e gênero: da teoria à prática*. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, p. 27–40, 2023.
- UNESCO. *Recomendação relativa à proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade*. Paris: UNESCO, 2015.